

**LEI Nº 1.719-04/2016**

**ORÇA A RECEITA E FIXA A  
DESPESA DO MUNICÍPIO PARA O  
EXERCÍCIO DE 2017, e dá outras  
providências.**

**IRINEU HORST, Prefeito Municipal de Colinas, RS**, no uso de suas atribuições e de conformidade com a legislação vigente, faço saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - A receita para o exercício de 2017 é orçada em R\$ 14.600.000,00 (Catorze milhões e seiscentos mil reais), e será arrecadada em conformidade com a legislação vigente, obedecendo à seguinte classificação geral:

**RECEITAS CORRENTES**

Tributárias.....	R\$ 507.300,00
Contribuições .....	R\$ 95.000,00
Patrimonial .....	R\$ 132.900,00
Receita de Serviços.....	R\$ 67.000,00
Transferências Correntes .....	R\$ 15.942.800,00
Outras Receitas Correntes .....	R\$ 83.400,00
Deduções Receitas de Transferências.....	R\$ 2.638.400,00-

**RECEITAS DE CAPITAL**

Alienação de Bens .....	R\$ 10.000,00
Amortização de Empréstimos.....	R\$ 10.000,00
Transferências de Capital .....	R\$ 390.000,00

**TOTAL GERAL DA RECEITA ..... R\$ 14.600.000,00**

**Art. 2º** - A despesa para o exercício de 2017 é fixada em R\$ 14.600.000,00 (Catorze milhões e seiscentos mil reais) e será realizada em conformidade com as especificações constantes das tabelas anexas, que ficam fazendo parte integrante desta Lei.

**Art. 3º** - Fica o Poder Executivo autorizado, de acordo com os dispositivos nos artigos 7, 42 e 43 da Lei nº 4.320/64 e no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, a:

I – abrir crédito suplementar para atender despesas relativas à aplicação ou transferência de receitas vinculadas que excedam a previsão orçamentária correspondente até o limite recebido;

II – abrir crédito suplementar para remanejar dotações orçamentárias no mesmo projeto ou atividade, existindo os elementos de despesa nas respectivas atividades ou projetos, até o limite da dotação;

III – abrir crédito suplementar com recursos não utilizados no exercício anterior até o limite do saldo bancário livre, dentro do respectivo vínculo;

IV – abrir, durante o exercício, créditos suplementares até o limite de 10 % (dez por cento) da despesa total autorizada;

**Art. 4º** - Fica o Poder Legislativo autorizado, mediante Resolução da Mesa Diretora da Câmara, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 10% (dez por cento) de sua despesa total fixada, com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações orçamentárias, desde que sejam indicados como recursos a anulação parcial ou total de dotações do próprio Poder Legislativo;

**Art. 5º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO**, 17 de novembro de 2016.

**IRINEU HORST**  
Prefeito Municipal

Registre-se e  
Publique-se

**Gildor Bergesch**  
Tesoureiro